

A POLÍTICA CONSERVACIONISTA NAS SERRAS DA BORDA OCIDENTAL DA CHAPADA DIAMANTINA (BA)

SILVA, Roberto Caires. Especialista em Análise do Espaço Geográfico e Geógrafo Licenciado pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia (UESB) – Vitória da Conquista (BA) – Brasil. robertocaires@yahoo.com.br

O objetivo principal deste trabalho foi analisar as políticas ambientais desenvolvidas na Bahia para a conservação da biodiversidade, especialmente no rebordo sul da Chapada Diamantina. Para tanto, buscou-se averiguar o posicionamento de autoridades governamentais responsáveis pela gestão ambiental do Estado. Além disso, metodologicamente, optou-se por colher dados secundários quanto à gestão ambiental dos municípios que abrangem a área em estudo. No trabalho de gabinete foram analisados alguns projetos do Governo Federal desenvolvidos pelo Ministério do Meio Ambiente, que identificou áreas prioritárias para a conservação da biodiversidade brasileira. Os dados colhidos comprovam a existência de incoerências na criação e gestão das unidades de conservação no território baiano. Especificamente na porção Sul da Chapada Diamantina, verificou-se a existência de uma “lacuna” na proteção integral da biodiversidade regional. Com isso, as ações antrópicas vêm se intensificando e causando sérios danos ambientais numa área de grande relevância biogeográfica e cênica. Por fim, com auxílio de geotecnologias e confrontando às recomendações científicas, chegou-se a conclusão que a subárea denominada de Serras da Borda Ocidental da Chapada Diamantina, necessita da criação de uma unidade de conservação de uso restrito - um Parque - que contemple os municípios de: Livramento, Paramirim, Rio de Contas, Dom Basílio, e Érico Cardoso.

Palavras- chave: biodiversidade; gestão ambiental; unidade de conservação.

INTRODUÇÃO

Este trabalho confronta os estudos científicos existentes e os programas governamentais de proteção ambiental estabelecidos na porção sul da Chapada. Isso porque objetiva-se demonstrar que existe uma “lacuna” na proteção integral nesta área de grande relevância na biodiversidade brasileira.

Para tanto, a revisão bibliográfica deste estudo remonta aos trabalhos científicos do Século XIX, nos quais seus autores já relataram a importância da biodiversidade regional, como pode ser observado em SPIX & MATIUS (1820) e SAMPAIO (1998). Nas últimas décadas foi publicado o livro *Flora of the Pico das Almas* (1995) pelo *Royal Botanic Gardens* (Reino Unido), um estudo que identificou várias espécies endêmicas nas Serras das Almas e no seu entorno. Nos últimos anos, no âmbito do Ministério do Meio Ambiente se desenvolveram dois projetos que recomendam a implantação de ações conservacionista na Chapada Diamantina: *Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira* (PROBIO, 2003), e *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina*, publicado em 2005.

Além das fontes bibliográficas citadas, inicialmente tentou-se realizar entrevistas com os gestores dos municípios que compõem a área em estudo, mas o momento de transição político-administrativa (eleição e posse dos novos prefeitos, 2008/2009) vivenciada no período de realização da pesquisa, tornou esta proposta inviável. Por isso, optou-se pela coleta indireta de informações relativa à gestão ambiental nos municípios, e nesta constatou-se que somente Rio de Contas vem desenvolvendo uma política ambiental específica, que é inclusive o único com Agenda 21 em curso.

Não obstante a essa dificuldade, procurou-se ouvir representantes da Secretaria do Meio Ambiente da Bahia (SEMA), no intuito de coletar informações relativas à gestão ambiental do Estado e, especificamente, nas Serras da Borda Ocidental da Chapada. Para tanto, foram entrevistados: Marcos César Félix Ferreira, Superintendente de Políticas Florestais, Conservação e Biodiversidade e o Diretor de Unidades de Conservação e Biodiversidade, Plínio Cardoso da Silva Neto.

AS UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NA CHAPADA DIAMANTINA

As Unidades de Conservação (UC), popularmente conhecidas como “reservas”, passaram a existir no final do XIX, nos Estados Unidos, e são áreas naturais que foram delimitadas segundo diversos interesses e visões a respeito da preservação desses ambientes. No Brasil, foi adotado o Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC), que no seu 2º artigo define oficialmente Unidades de Conservação como:

...espaço territorial e seus recursos ambientais, incluindo as águas jurisdicionais, com características naturais relevantes, legalmente instituído pelo Poder Público, com objetivos de conservação e limites definidos, sob regime especial de administração, ao qual se aplicam adequadas de proteção. (Lei 9.985 de 18 de julho de 2000 *apud* ICMBIO, 2008).

O Sistema Nacional de Unidade de Conservação – SNUC - é constituído de unidades de conservação federais, estaduais e municipais, divididas em dois grupos, com características específicas: I Unidades de Proteção Integral e II Unidades de Uso Sustentável. Para as Unidades de Proteção Integral, o objetivo básico é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais com exceção dos casos previstos em lei. Já o objetivo das Unidades de Uso Sustentável é compatibilizar a conservação da natureza com o uso de parcela dos seus recursos naturais.

O Grupo I, ou seja, Unidades de Proteção Integral é composto pelas seguintes categorias: Estação Ecológica; Parques (Nacional, Estadual e Municipal); Monumento Natural; e Refúgio de Vida Silvestre. Enquanto o Grupo II, Unidades de Uso Sustentável é constituído das seguintes categorias: Área de Proteção Ambiental (APA); Área de Relevante Interesse Ecológico; Floresta Nacional e Reserva Extrativista.

Das Unidades de Conservação apresentadas acima, na Chapada Diamantina, até o presente, existem: Parque Nacional da Chapada Diamantina; Parque Estadual de Morro de Chapéu; Monumento Natural da Cachoeira do Ferro Doido; APA da Serra dos Barbados; APA Marimbuns-Iraquara; APA

Gruta de Brejões-Vereda Romão Gramacho; Área de Relevante Interesse Ecológico Nascentes do Rio de Contas; Floresta Nacional Contendas do Sincorá; Parque Municipal Sempre-Viva (Mucugê), Parque Municipal Natural da Serra das Almas (Rio de Contas), Parque Municipal do Espalhado (Ibicoara), Parque Municipal da Muritiba, em Lençóis.

ÁREAS PRIORITÁRIAS PARA CRIAÇÃO DE UNIDADES DE CONSERVAÇÃO NO REBORDO SUL DA CHAPADA DIAMANTINA

O Ministério do Meio Ambiente desenvolveu, entre 1998 a 2000, estudos sistemáticos conjuntamente com diversas instituições, governamentais e não-governamentais, e centenas de pesquisadores, que compartilharam informações, no intuito de apresentar propostas de ações para a Amazônia, Mata Atlântica, Campos Sulinos, Cerrado, Pantanal, Caatinga e as Zonas Costeira e Marinha.

Assim, produziu-se uma síntese dos resultados de um conjunto de cinco subprojetos apoiados pelo Projeto de Conservação e Utilização Sustentável da Diversidade Biológica Brasileira (PROBIO), que tiveram como objetivos o conhecimento da riqueza biológica e o potencial para uso sustentável dos diferentes biomas brasileiros; a identificação de áreas prioritárias para a conservação, com base em critérios de diversidade biológica, integridade dos ecossistemas e oportunidades para ações de conservação e a avaliação de opções para usos sustentáveis, compatíveis com a conservação da diversidade biológica.

Com isso, foi publicado em 2002, o livro “Biodiversidade Brasileira – Avaliação e identificação de áreas e ações prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira”, como também o mapa das “Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira”, que apresenta as 900 áreas indicadas, situando-as por municípios.

As áreas definidas como prioritárias foram mapeadas e classificadas em quatro níveis de importância biológica, de acordo com a classificação a seguir: área de extrema importância biológica; área de muito alta importância biológica; área de alta importância biológica e área insuficientemente conhecida, mas de provável importância biológica.

Nos municípios de Livramento de Nossa Senhora, Dom Basílio, Érico Cardoso, Paramirim e Rio de Contas foram identificadas três áreas prioritárias para conservação, sendo que, foram contempladas as áreas de caatinga, cerrado (campo rupestre) e os campos sulinos (campos montanos). O bioma da caatinga foi relacionado com de alta prioridade; já o cerrado, ecótono no **rebordo da Chapada Diamantina**, de **extremamente alta**, e, os campos sulinos citados como área importante, mas com insuficiência de informações.

No Quadro 01, podem-se observar as “Áreas Prioritárias para a Conservação, Utilização Sustentável e Repartição de Benefícios da Biodiversidade Brasileira” (adaptado) para demonstrar a inserção destes municípios nesta publicação científica governamental.

Código da área nacional	Bioma	Nome da área	Prioridade	Recomendação	Tamanho das áreas (Ha)	Municípios total ou parcialmente abrangidos (BA)
CA-436	Caatinga	Livramento	Alta	Uso Sustentável	67.092,18.	Livramento
CP -475	Cerrado	Chapada Diamantina	Extremamente Alta	Inventários Biológicos	1.625.388,75	Abaíra , Dom Basílio , Érico Cardoso , Ibicoara, Ibitiara, Iraquara, Ituaçu, Jussiape,, Livramento de N. Sra , Mucugê, Novo Horizonte, Palmeiras, Piatã, Rio de Contas , Rio do Pires Seabra, Souto Soares
MA-600	Campos Sulinos	Caetité	Insuficientemente conhecida	Inventários biológicos	617.310,87	Boquira, Botuporã, Caetité, Caturama, Érico Cardoso , Lagoa Real, Livramento , Macaúbas, Paramirim , Tanque Novo-

Quadro 01: Áreas prioritárias para Conservação da Biodiversidade na Chapada Diamantina – BA.

Fonte: PROBIO, CD-ROM : 2005

Ainda nos estudos realizados nas áreas para conservação na caatinga brasileira (2003), as Serras da Borda Ocidental da Chapada Diamantina, incluídas **Rebordo da Chapada Diamantina**, são consideradas prioridade na conservação da flora. Os municípios relacionados são: Itaetê, Mucujê, Lençóis,

Andaraí, Bonito, Morro do Chapéu, Piatã, Abaíra, Rio do Pires, Jussiape, Rio de Contas, Paramirim e Livramento.

A IMPORTÂNCIA DA PORÇÃO SUL DA CHAPADA

O Ministério do Meio Ambiente desenvolveu o Projeto Chapada Diamantina: Biodiversidade, que contou com o apoio de diversas Universidades (USP, UEFS, UFPB, UFRJ). Após a conclusão dos estudos, foi publicado o livro: *Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina (2005)*. Neste, foram mapeadas 10 Unidades de Paisagem e, posteriormente, indicou-se áreas para conservação, dentre elas, a **Serra das Almas**. No trecho que se segue é possível constatar a recomendação:

Apesar da existência do Parque Municipal das Serras das Almas e da APA dos Barbados, devido à importância desta porção sul da Chapada, recomenda-se a delimitação de um **Parque Estadual que inclua a Serra das Almas** [...] a criação de um Parque Estadual protegendo a Serra das Almas, considerando a possibilidade de criação de corredores ecológicos entre esta serra, o Itobira e a Serra do Barbado. (MMA: 2005, p.428-429)

A unidade de conservação estadual mais próxima da área indicada é a APA da Serra do Barbado, instituída através do Decreto Estadual nº. 2.183 de 07 de Junho de 1993. Esta UC foi criada com o propósito de assegurar a preservação dos maciços de maior elevação do Estado da Bahia e tentando a sustentabilidade ambiental em consonância com o desenvolvimento do turismo na região. A APA apresenta uma área de 636 km² e um perímetro de 123 km, englobando toda terra situada acima da cota 1.400 m e abrange área dos municípios de Abaíra, Érico Cardoso, Jussiape, Piatã, Rio de Contas e Rio do Pires.

Sendo assim, a criação de um Parque Estadual na Serra das Almas, além de complementar uma “lacuna”, traria como benefício indireto a formação de um corredor ecológico com a APA da Serra do Barbado e a ARIE na Serra da Tromba. A Figura 01 mostra as duas UC's existentes e a Figura 02 os

limites entre os municípios que compõem a área recomendada para criação do Parque Estadual.

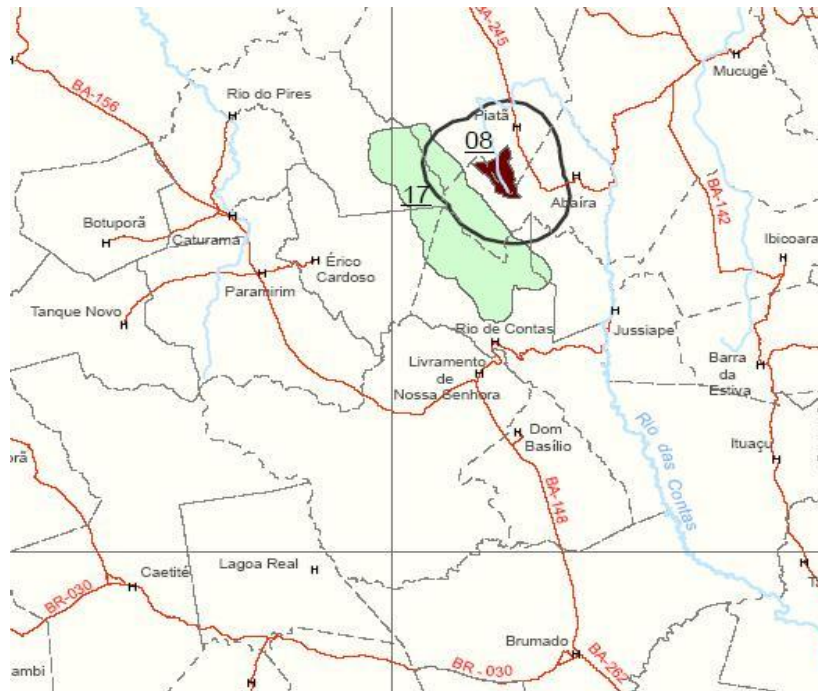


Figura 01: Localização da APA do Barbado (17) e ARIE Serra da Tromba (08).
Fonte: SEMA, 2009.



Figura 02: Imagem de Satélite com a delimitação político-administrativa (parcial) dos municípios que compõem parte da área em estudo.
Fonte: Brasil das Águas, 2005.

INCOERÊNCIAS E FALTA DE “UNIDADE” NAS POLÍTICAS AMBIENTAIS PARA CHAPADA MERIDIONAL

Apesar das indicações do Ministério do Meio Ambiente, anteriormente citadas, infelizmente as recomendações científicas de proteção integral não têm sido implementadas na porção sul da Chapada. Até então, não se observa por parte do Governo do Estado nenhum tipo de ação que propicie a criação de Unidade de Conservação (Parque) nas Serras da Borda Ocidental da Chapada Diamantina.

Mais que isso, contraditoriamente, o Programa Integrado de Desenvolvimento do Turismo Sustentável: Chapada Diamantina (PIDTS, 2004) destinou R\$ 100.000,00 para criação do Parque Municipal Natural da Serra das Almas em Rio de Contas. Ou seja, estimulou e financiou um Parque que só atende um município, quer dizer, parte da Serra das Almas, o que contraria qualquer esforço de integração das políticas ambientais em curso no país.

Atualmente, as políticas estaduais para o meio ambiente do Estado sinalizam novos paradigmas. Por isso, também se priorizou neste trabalho ouvir os representantes que agora conduzem à gestão ambiental na Bahia. Para tanto, foram entrevistados, no dia 12 de março de 2009, Marcos César Félix Ferreira, Superintendente de Políticas Florestais, Conservação e Biodiversidade e o Diretor de Unidades de Conservação e Biodiversidade, Plínio Cardoso da Silva Neto.

Na entrevista realizada no Centro Administrativo da Bahia (CAB) na Superintendência Políticas Florestais, Conservação e Biodiversidade, o superintendente, Marcos Ferreira, iniciou relatando às dificuldades encontradas no órgão neste atual governo. Segundo narrou, existem 41 UC's na Bahia, totalizando 6.054.425 hectares, o que representa 10,72% do território baiano, distribuídas da seguinte forma: Estação Ecológica (2); Parque Estadual (3); Monumento Natural (2); ARIE (2); APA Estadual (32). Obviamente, nota-se que cerca 80% das áreas são definidas como Unidades de Uso Sustentável (APA's).

Com isso, percebe-se que a criação de áreas de proteção integral foi preterida, por exemplo, os parques estaduais (3) totalizam somente 58.096 hectares, o que é insignificante quando se comparado à extensão territorial do

Estado da Bahia (56.469.267,00 ha), e sua grande diversidade de paisagens.

Outro dado importante citado pelo entrevistado é que, aparente e curiosamente, as UC's criadas até 2006, atendem às exigências dos organismos mundiais de financiamento, quer dizer, o mínimo de 10% da área total do Estado destinado à proteção, mas que na realidade não corresponde às demandas ambientais, pois, muitas Áreas de Proteção Ambiental (APA's) são "ficções jurídicas" ou, até mesmo, foram criadas por "capricho político" e sem critérios específicos. Marcos Ferreira completa dizendo: "[...] a maioria das UC's criadas no Estado coincidem com a Semana do Meio Ambiente (05 de junho) o que evidencia o caráter meramente político como critério de escolha...".

O Diretor de Unidades de Conservação e Biodiversidade, Plínio Cardoso da Silva Neto, por sua vez, relatou as dificuldades quanto à gestão das UC's baianas, pois, devido à falta de critérios específicos na criação de algumas unidades, a gestão em algumas áreas é problemática porque muitas não possuem delimitação e plano de manejo definido. Ressaltou ainda que só agora a SEMA (2008/2009) está conseguindo distribuir os gestores nas mesmas.

Quando questionados a respeito de políticas direcionadas para a Chapada Diamantina, e em especial na subárea das Serras da Borda Ocidental, os entrevistados afirmaram que estão trabalhando na criação do Corredor Ecológico Caatinga/Onça, que abrangerá a área central da Bahia e, conseqüentemente, a totalidade da Chapada Diamantina.

Deve-se esclarecer que os corredores ecológicos têm função de reunir várias unidades de conservação num esforço integrado das políticas conservacionistas. Acrescente-se também que este será o segundo corredor ecológico do Estado. O primeiro fica no sul da Bahia, chama-se Corredor Central da Mata Atlântica e abrange uma área de 8,5 milhões de hectares.

Em relação à criação de novos parques no Estado o Superintendente da SFC respondeu que ainda neste ano (2009) será criado um Parque Estadual na região de Palmas de Monte Alto.

Na entrevista questionou-se a falta de unicidade nas políticas ambientais no sul da Chapada, argumentando sobre a necessidade de criação de mais uma unidade de conservação nesta área. A esse respeito, Marcos Ferreira

afirmou que a SFC encontra-se inteiramente disponível para a viabilidade de novas UC's que equacionem os "vazios" na proteção da biodiversidade. Também afirmou que espera um retorno dos trabalhos desenvolvidos pelas Universidades para que os projetos no âmbito da SEMA tenham um respaldo acadêmico. Mas, finalizou ponderando que: "[...] além da comprovação científica faz-se necessário a mobilização das comunidades que serão abrangidas por possíveis áreas de conservação integral, já que o apelo da sociedade civil organizada influencia na decisão final das autoridades".

PROPOSTA PARA CRIAÇÃO DE UMA UNIDADE DE PROTEÇÃO INTEGRAL

Em se tratando da gestão ambiental, vários autores vêm propondo critérios que buscam a identificação de áreas prioritárias para conservação. Estes modelos devem ser considerados para a criação de áreas naturais protegidas. São eles: tamanho da área; riqueza e diversidade de espécies; intocabilidade; raridade; unicidade; tipicidade; fragilidade; conservação genética; presença de dados históricos; posição em uma unidade ecológica ou geográfica; indispensabilidade; valor potencial; apelo intrínseco; paisagens modificadas com aumento de valores biológicos e oportunidades de conservação, Brito (2003).

Mackinnon *et al.* (1986) *apud* BRITO (2003) enumeram alguns critérios para a conservação, alguns destes são: *a) Seleção de áreas em função da região biogeográfica*, o que implica uma metodologia de análise independente dos limites administrativos; *b) Seleção de áreas em função do turismo*, na qual a preocupação é com as necessidades do turista, que cada vez mais busca algo "diferente", "sensacional", "fotografável", lugares que combinem oportunidades de "aventura" e "relaxamento"; *c) Seleção de áreas em função de aspectos hidrológicos*, no qual se considera a sazonalidade da produção de água e a importância socioeconômica da bacia hidrográfica; *d) Seleção de áreas em função aspectos de localização geográfica*, que não devem ser mais importantes que aspectos biogeográficos, biológicos, ou hidrológicos, no estabelecimento de áreas naturais protegidas. Além desse aspecto, a melhor localização geográfica, por exemplo, em relação às vias de acesso, poderá

contribuir na decisão dos limites das áreas naturais protegidas e também facilitar a fiscalização; e) *Seleção de áreas em função de aspectos políticos*, motivação muito usada para criação de parques nacionais, geralmente nas regiões onde se encontra uma paisagem natural de relevância (paisagística, científica, histórica, etc.).

A correlação entre as bibliografias consultadas, as informações colhidas nas entrevistas e depoimentos no trabalho de campo, permitiu, então, identificar uma área que merece proteção integral, quer dizer, a implantação de uma unidade de conservação. Ou seja, as Serras da Borda Ocidental da Chapada Diamantina (Serra das Almas, da Mangabeira, do Boqueirão, Tombador, Serra do Rio Contas, etc.) uma área intermunicipal que abrange os municípios de: Rio de Contas, Livramento de Nossa Senhora, Paramirim, Dom Basílio e Érico Cardoso, denominada pelo PROBIO (2005) de “Rebordo da Chapada Diamantina”.

Especificamente nesta área vários elementos somados ou não, demonstram o porquê seria necessário adotar medidas que garantam a preservação desta paisagem, seja por caráter biogeográfico, por ser uma área de ecótono; no aspecto hidrológico, já que neste espaço encontram-se nascentes de três rios; em função de possuir uma paisagem natural de relevância (paisagística, científica, histórica); e como área geográfica, pois, formaria um corredor ecológico de proteção com a APA Estadual da Serra do Barbado e a ARIE da Serra da Tromba.

Além destas justificativas, a própria legislação ambiental vigente, norteadada pela resolução do Conselho Nacional do Meio Ambiente - CONAMA Nº 04/85, no seu Artigo 3º, diz que: “Em altitude superior a 1.800 (mil e oitocentos) metros, qualquer que seja a sua vegetação são consideradas Reservas Ecológicas as formações florísticas e as áreas de florestas de preservação permanente” ICMBIO (2008). Então, por si só, estas Serras já deveriam estar sendo protegidas integralmente, porque o ponto mais alto na área de estudo atinge 1958 m. Mas, como foi demonstrado que na esfera governamental inexistente projeto que contemple totalmente a Serra das Almas e, conseqüentemente, o Pico das Almas. Por isso, talvez seja a única área de cume do Brasil que não está totalmente protegida, infelizmente, devido às falhas nas políticas ambientais da Bahia.

Contudo, este estudo além de apontar os equívocos já citados e demonstrar os estudos do Ministério do Meio Ambiente, procurou avançar na proposta feita pelo MMA (2005) que recomendou a criação de um Parque Estadual na Serra das Almas, numa área restrita, como pode ser observado na **Figura 03**. Assim, apesar de ser uma proposta de grande importância, não se levou em conta o prolongamento da Serra e dos elementos biogeográficos, sem contar que paisagens significativas como as cachoeiras no rio Brumado não entraram nessa sugestão. Por exemplo, a cachoeira de 350 m de desnível em Livramento de Nossa Senhora ficaria de fora. Como também o Pico do Boqueirão e Pico da Bicuda. Além disso, a Serra que recebe vários nomes, como pode ser observado na Figura 03, é um prolongamento de uma mesma formação geomorfológica que se estende na direção aproximada norte-sul, entre os paralelos $13^{\circ} 29' - 14^{\circ} 02' S$ e $42^{\circ} 02' - 41^{\circ} 31' W$, pelos municípios já citados o que, aparentemente, não foi levado em conta.

Não obstante aos fatos relatados, também a criação de um Parque no rebordo sul da Chapada Diamantina seria uma forma de compensação ambiental, já que o Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (DNOCS) implantou um grande projeto de irrigação nesta região, desde a década de 1990. Para tanto, construiu um grande barramento que pode ser observado nas imagens de satélite (figuras 03), e até hoje, nenhuma forma de compensação ambiental ocorreu nos municípios afetados.

Por fim, na verdade, somente com a participação das comunidades envolvidas é que teremos as reais condições para estabelecer os limites para criação de uma UC, quer seja federal ou estadual. É necessário reafirmar que as pressões antrópicas estão cada vez mais presentes e se as atuais políticas ambientais para região não forem redirecionadas, toda a biodiversidade regional será comprometida e pouco poderá ser feito no sentido de reverter os impactos negativos das atividades sócio-econômicas e conservar o que ainda persiste, de modo a não se cometer os mesmos equívocos do passado.

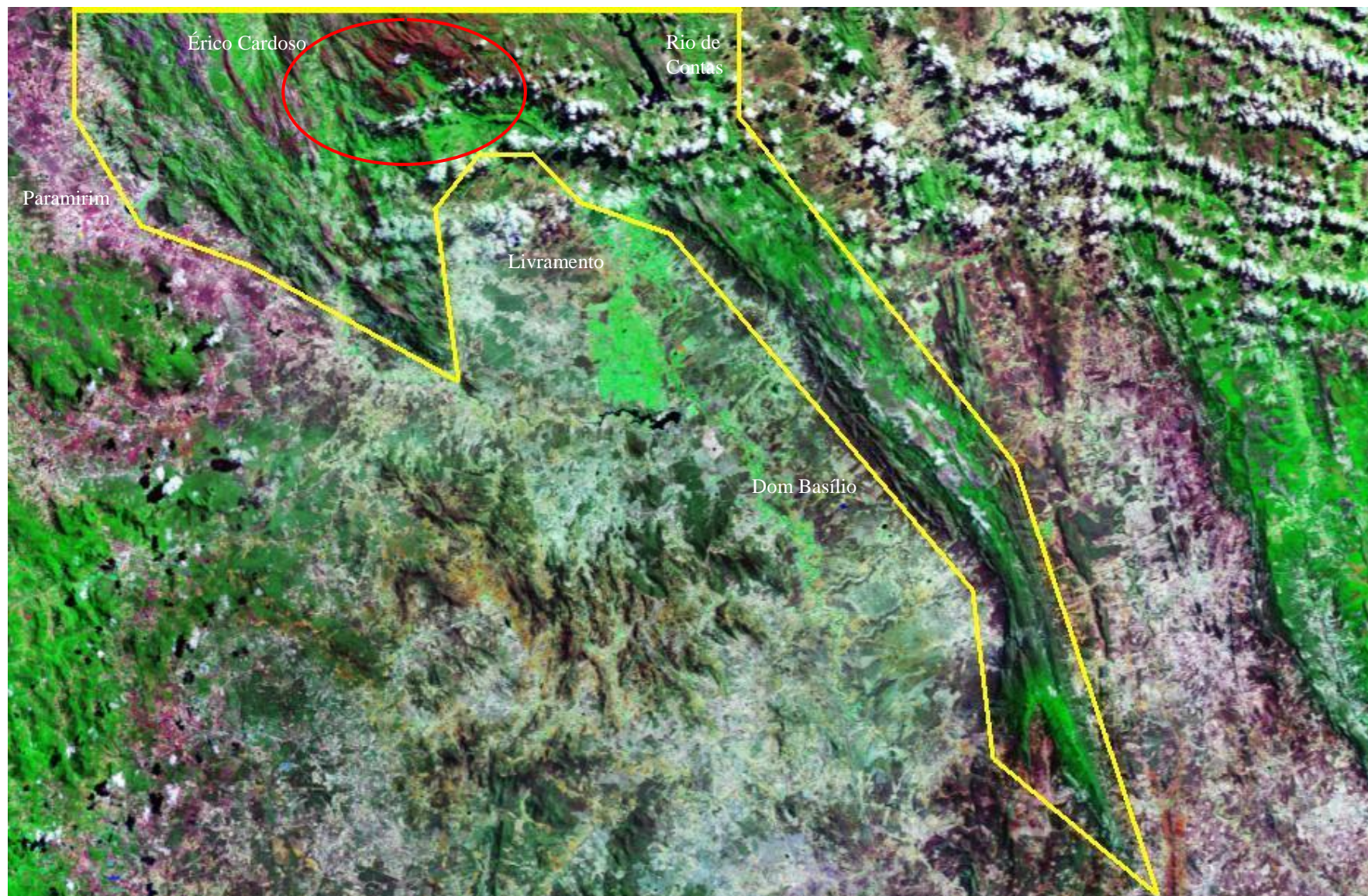


Figura 03: Círculo (vermelho) evidencia área sugerida pelo MMA (2005) para criação de um Parque Estadual na Serra das Almas. Em amarelo: área intermunicipal isolada nas Serras da Borda Ocidental da Chapada Diamantina, proposta deste trabalho para Proteção Integral.
Fonte: Imagem de Satélite do INPE/NASA.(Bandas RGB, 14 m de resolução), 2007

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cerca de 4% do território brasileiro está protegido por unidades de conservação federais de uso restrito. Na Bahia 10,72% do território baiano são protegidos por unidades de conservação estaduais. Contudo, constatou-se que embora a porcentagem seja maior do que as UC's federais isso não reflete na qualidade da gestão ambiental, porque a maioria das UC's baianas são APA's criadas, muitas vezes, por critérios políticos, sendo que algumas só existem no papel.

Outro dado importante refere-se à proteção integral, pois dos 56.469.267 hectares da superfície territorial do estado, somente 65.584 hectares são destinados às unidades de conservação de uso restrito, ou seja, 0,116% da Bahia, quer dizer, uma porcentagem ínfima (se comparada à proporção equivalente do território brasileiro) e que não consegue contemplar toda a biodiversidade baiana.

Na Chapada Diamantina, existem apenas três unidades de conservação integral (excluindo as pequenas unidades municipais): Parque Nacional da Chapada Diamantina; Parque Estadual de Morro de Chapéu; Monumento Natural da Cachoeira do Ferro Doido. E, infelizmente, na porção Sul da Chapada somente existem duas unidades de conservação estaduais de uso sustentável: APA da Serra dos Barbados; Área de Relevante Interesse Ecológico Nascentes do Rio de Contas. Sendo assim, existe uma "lacuna" na proteção integral, já que existe um reconhecimento científico e governamental da importância da biodiversidade existente nesta região.

Exemplo disso, é o conjunto serrano altamente escarpado que compõe as Serras das Almas e o seu prolongamento (Serras da Borda Ocidental) que representa também uma zona de transição entre biomas da caatinga, do cerrado e da Mata Atlântica, além da presença de campos rupestres nas porções mais elevadas. Por isso, este Ecótono destaca-se como área prioritária para conservação da biodiversidade brasileira (PROBIO, 2005).

Ainda, estas serras representam um verdadeiro "berço de nascentes" como divisor de águas das bacias hidrográficas do Rio Paramirim (bacia do São Francisco); Rio Brumado e Taquary (bacia do Rio de Contas), cujas escarpas e cachoeiras possuem grande beleza paisagística.

A fauna é abundante, ocorrendo o endemismo de algumas espécies. Já a flora é conhecida internacionalmente pelo grande número de espécies endêmicas. Além disso, praticamente todos os Picos, com altas altitudes no Brasil são protegidos como Parque Nacional. Como é que uma região que vem sendo descrita cientificamente desde o Século XIX e que possui um dos Picos mais altos do Nordeste Brasileiro não está inserida numa área de proteção integral, ou seja, contrariando uma resolução do CONAMA?

Em resumo, tudo indica que a manutenção do atual padrão de gestão de unidades as levará a um maior isolamento da realidade local e regional. Por fim, (re) pensando o modelo de gestão ambiental na porção sul da Chapada, seria imprescindível nele incluir a criação de uma Unidade de Conservação de uso restrito, um Parque. Porém, mesmo que este venha a ser criado pelo governo federal ou estadual, deverá levar em conta, dentre outros aspectos, a inserção regional e a biogeografia, mesmo porque a natureza, sabiamente, não obedece às imposições político-administrativas. Apesar disso, infelizmente, não se pode esperar que a simples criação do parque seja suficiente para limitar as ações humanas cada vez mais impactantes, sendo necessárias outras medidas numa abordagem integrada das políticas ambientais.

BIBLIOGRAFIA

BAHIA. **Plano Integrado de Desenvolvimento do Turismo Sustentável: Chapada Diamantina**. Salvador: 2004.

BRASIL, **Áreas prioritárias para a conservação, utilização sustentável e repartição de benefícios da biodiversidade brasileira (PROBIO)**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, CD-ROM, 2005.

_____, ICMBIO. Disponível em <<http://www.icmbio.gov.br>> Acesso em: novembro de 2008.

_____, MMA. **Biodiversidade e Conservação da Chapada Diamantina**. (Org.) Flora Acunã Juncá, Lígia Funch e Washington. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005. 435 p.

BRITO, Maria Cecília Wey de. **Unidade de Conservação: intenções e resultados**. São Paulo: ANNABLUME/FAPESP, 2003.

SILVA, José Maria Cardoso da Silva (Org.). **Biodiversidade da Caatinga: áreas e ações para conservação**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente: Universidade Federal de Pernambuco, 2003.

SPIX e MARTIUS. **Viagem pelo Brasil (1817-1820)** Volume II. 2ª Edição. São Paulo: Editora Melhoramentos, 1980, p.130-153.

SAMPAIO, Theodoro. **O Rio São Francisco e a Chapada Diamantina 1879-80**. Empresa Gráfica da Bahia, 1998.